

CAVALCANTI, Juliana Batista*

<https://orcid.org/0000-0002-4959-1644>

FARIA, Lair Amaro dos Santos*

<https://orcid.org/0009-0003-0165-2158>

RESUMO: Para muitas crianças e adolescentes, o contato com a história da sociedade hebraica ocorre em dois momentos distintos: na sala de aula, por meio da leitura do livro didático adotado por sua unidade de ensino, e/ou nos cultos religiosos. Considerando a desconstrução, pela crítica bíblica, da história do antigo Israel, este trabalho avalia diferentes livros didáticos e conclui que os avanços da historiografia, no diálogo com a arqueologia, não alcançaram as salas de aula.

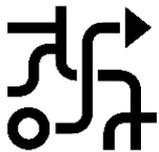
PALAVRAS-CHAVE: Livros didáticos – Antigo Israel – Tradições inventadas – Ensino de História.

ABSTRACT: For many children and adolescents, contact with the history of Hebrew society occurs in two different moments: in the classroom through reading the textbook adopted by their teaching unit and/or in religious services. Considering the deconstruction, by biblical criticism, of the history of ancient Israel, this work evaluates different textbooks and concludes that the advances of historiography, in dialogue with archeology, did not reach the classrooms.

KEYWORDS: Didactical books – Ancient Israel – Invented Traditions – History Teaching

* Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013), mestrado em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016) e doutorado em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2021). Atualmente realiza estágio pós-doutoral no Museu Nacional (Universidade Federal do Rio de Janeiro) em Arqueologia. Atua como divulgadora científica nas redes sociais (Instagram e YouTube) desde 2020. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Antiga, atuando principalmente nos seguintes temas: história dos cristianismos, estudos paulinos e estudos de gênero e cristianismo.

* Lair Amaro dos Santos Faria é Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) do Instituto de História (IH) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e possui graduação (bacharelado e licenciatura) em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). Atuou como tutor presencial no curso de Licenciatura em História (EAD) no Consórcio CEDERJ/UNIRIO entre 2010 e 2014 ministrando as disciplinas História e Documento e Historiografia Contemporânea. Foi indicado ao PRÊMIO CAPES DE TESE em 2017. Profissionalmente, desenvolve e aplica no Ensino de História atividades que envolvem criação de jogos, produção de filmes e animações, elaboração de histórias em quadrinhos e outros materiais didáticos.

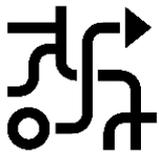


I. Para muitas crianças e adolescentes o contato com a história da sociedade hebraica ocorre em dois momentos distintos: (1) na sala de aula, por meio da leitura do livro didático adotado por sua unidade de ensino, e/ou (2) nos cultos religiosos que frequentam. No caso do Ensino Médio, as turmas escolares são apresentadas a esse povo da Antiguidade, assim como às demais civilizações que floresceram na bacia mediterrânea, assim que concluem o Ensino Fundamental e ingressam naquele segmento de ensino, ou seja, no 1º ano.

Convém sublinhar, no entanto, que os estudos históricos em torno da assim chamada "civilização hebraica", em diálogo construtivo com a arqueologia e outros campos de saber, lançam por terra inúmeras passagens do livro sagrado dos judeus e dos cristãos, e, dessa forma, permitem concluir que as narrativas bíblicas cumprem o papel de inventar uma história (FINKELSTEIN; SILBERMAN, 2002; HENDEL, 2005; LIVERANI, 2008; SMITH, 2006). Contudo, há que se indagar quantos professores das redes pública e privada de ensino se encontram atualizados nesse delicado campo de pesquisa e se são capazes de problematizar os livros didáticos, discernindo o que é História do que é Teologia/Mitologia. Por conseguinte, é de se supor que, em sala de aula, ainda estejam sendo transmitidas informações sobre os hebreus que não mais se sustentam.

Com efeito, adotando como pressuposto de trabalho que a ampla maioria dos professores, ao ensinar sobre esse capítulo da História Antiga consultam unicamente os livros didáticos, este artigo se propõe verificar de que modo os livros de História voltados para o Ensino Médio expõem a sociedade hebraica. Assim, foram consultadas oito obras didáticas de História fornecidas aos professores da rede pública de ensino para avaliação e escolha, e observados tanto os capítulos em si quanto as orientações para os professores que vêm em anexo nos livros disponibilizados para professores.

Para atingir o objetivo dessa pesquisa, o artigo foi subdividido em X partes. Na primeira parte, os oito livros didáticos de História são detalhadamente escrutinizados nos capítulos nos quais o Antigo Israel é descrito e aproveita-se o ensejo para se fazer alguns comentários pontuais. Em seguida, alguns tópicos específicos são pinçados da leitura dos livros didáticos em análise e são feitas as críticas necessárias que permitam atestar como os autores e as autoras colaboram para a perpetuação de uma história inventada.



II. Patrícia R. Braick e Myriam B. Mota abordam o povo hebreu, no livro “História: das cavernas ao terceiro milênio”, incluindo-o no grupo de sociedades da Antiguidade Oriental. As autoras iniciam o capítulo afirmando que “uma das principais fontes de pesquisa” sobre esse povo é “a Torá”. [O que é Torá? Quando foi escrita e por quem? Sob quais condições? A dupla de autoras não se preocupa em explicar esses questionamentos].

É sintomático que as autoras jamais apontem quais seriam as demais fontes a que o estudante do Ensino Médio pode consultar caso deseje aprofundar seus conhecimentos. Ademais, cumpre sublinhar que Braick e Mota não problematizam o livro sagrado dos hebreus/judeus, parecendo desconhecer as várias críticas historiográficas que o livro sofre há mais de dois séculos. Em “Suplemento de apoio ao professor”, apêndice no final da obra e de suma importância para o docente que pretenda utilizar o livro em sala de aula, as autoras declaram sobre as fontes históricas:

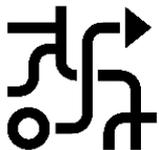
É por meio delas que temos a possibilidade de obter informações sobre como as pessoas viviam no passado, quais eram suas crenças e aspirações, como se relacionavam com suas comunidades e com as comunidades vizinhas, quais eram as principais atividades que desenvolviam etc.

Salta aos olhos, por sua vez, que as autoras não emitam qualquer palavra sobre as intenções de quem produz as fontes.

A respeito dos hebreus, os alunos e/ou leitores do livro da dupla de historiadoras inteiram-se de sua trajetória conforme as seguintes divisões do capítulo:

- (a) O monoteísmo dos hebreus;
- (b) O Êxodo;
- (c) Das doze tribos ao reino unificado, e
- (d) Do cisma ao exílio na Babilônia.

Acerca do monoteísmo, as autoras destacam o fato de os hebreus serem diferentes dos demais povos da Antiguidade, pois apenas eles criam em um único Deus. Com efeito, da maneira como a dupla expõe a crença monoteísta dos hebreus, professores e



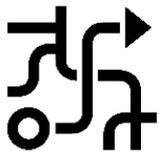
estudantes são levados a inferir que essa sociedade desde sempre acreditou num Deus único.

Ao tratar da sociedade hebraica e seus costumes, a dupla de historiadoras declara que o patriarcado e a ocorrência de famílias numerosas decorriam de sua devoção a uma “das mensagens de Deus”. Da forma como escrevem, não há como saber se a expressão está em sentido figurado ou se ambas concordam que o texto bíblico é, de fato, a “Palavra de Deus”. O capítulo ainda põe em evidência que os hebreus tinham escravos e que aceitavam o concubinato. Porém, a escravidão e o concubinato adotados por aquela sociedade não vêm acompanhados da informação de ser uma decorrência da “devoção” à “mensagem de Deus”.

Para as autoras, a narrativa do “Êxodo” se mostra, de balde uma série de estudos históricos e achados arqueológicos, um episódio merecedor de destaque em seu livro. Com efeito, os hebreus “migraram para o Egito”, obtiveram “importantes cargos públicos”, sofreram “perseguições e chegaram a ser escravizados”. Liderados por Moisés, “segundo a Bíblia”, os hebreus retornaram à Palestina e, nesse grande movimento migratório, teriam recebido de laweh, no Monte Sinai, as “Tábuas da Lei” nas quais foram escritos os “Dez Mandamentos”.

No que tange às ilustrações presentes no capítulo sobre os hebreus, a dupla de autoras escolheu: a Torá, por meio de uma fotografia de um exemplar pertencente ao Museu Americano de História Natural de Nova York; a Estrela de Davi; dois mapas da Palestina; e uma litografia colorida do século XIX, retratando o retorno para Jerusalém após o cativeiro na Babilônia. Em que medida essas figuras, mapas e fotografias acrescentam algo ao conteúdo do capítulo e auxiliam professores e estudantes no entendimento da trajetória do povo hebreu?

O mapa “A Palestina no século X a.C.” (BRAICK; MOTA, 2013, p. 68), muito embora o texto em si não lhe faça menção, é útil no sentido de permitir ao professor e aos estudantes situarem o território no qual transcorreram as experiências históricas dos hebreus em seu contexto mais amplo, ou seja, a bacia do Mar Mediterrâneo. Na página seguinte, a “Estrela de Davi” parece estar ali para, de alguma maneira, assegurar aos professores e aos estudantes a existência histórica de Davi e seu exército.



O texto das autoras prossegue usando a Bíblia, sem problematizações, como base para suas afirmações “factuais” acerca da história dos hebreus. Por conseguinte, Braick e Mota produzem um texto conservador sobre o desenvolvimento sócio-histórico dos hebreus.

III. Marco Napolitano e Mariana Villaça, em “História para o Ensino Médio” iniciam suas considerações sobre a sociedade dos hebreus afirmando que (NAPOLITANO; VILLAÇA, 2013, p. 54-55):

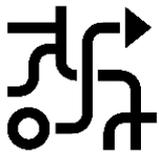
A Bíblia, livro sagrado para bilhões de pessoas, é considerada fonte histórica sobre os hebreus por muitos historiadores e arqueólogos, independentemente da crença que professam. As duas partes principais do texto bíblico são o Antigo e o Novo Testamentos.

Percebe-se nesse parágrafo de abertura o uso de um argumento de autoridade. Assim, se “muitos” historiadores e arqueólogos, quaisquer que sejam suas crenças, consideram a Bíblia “fonte histórica”, tanto professores quanto alunos veem-se na situação de encararem os relatos bíblicos como autênticos e, em grande medida, inquestionáveis.

Curiosamente, ambos os autores ponderam que em sua obra adota-se como procedimento metodológico questionar “o caráter monumental que a fonte primária muitas vezes assume, [isto é] o de ‘verdade absoluta’ sobre uma época ou um acontecimento” (NAPOLITANO; VILLAÇA, 2013, p. 281). Além disso, cumpre ter clareza, conforme os autores, de que a fonte é “historicamente produzida, plena de intenções de quem a produziu, e não como um documento neutro, impessoal e objetivo” (NAPOLITANO; VILLAÇA, 2013, p. 282).

Tal procedimento, no entanto, não parece se aplicar à Bíblia. Em nenhum momento, Napolitano e Villaça incitam seus leitores a indagar sobre *as intenções* do(s) autor(es) da Torá. Na síntese que fazem da história do povo hebreu, nenhuma dúvida é levantada, tudo aconteceu conforme está escrito na narrativa bíblica.

O que os autores fazem é traçar um panorama dos “fatos” que se estendem de 2000 a.C. até 70 d.C. Em linhas gerais, o povo hebreu, “originalmente nômade”, experimentou a escravidão no Egito, “guiado por Moisés” saiu da terra dos faraós, estabeleceu-se em



Canaã, constituiu uma monarquia centralizada que agrupou diferentes tribos, veio a ser dominado por diferentes reinos estrangeiros até ser expulso da Palestina por se recusar a adorar os deuses romanos.

Em suma, o livro didático de Napolitano e Villaça adota uma postura conservadora e coopera na manutenção de uma visão obsoleta da história do povo hebreu.

IV. A dupla de autores Flávio de Campos e Regina Claro, em seu livro *Oficina de História*, trata dos hebreus adotando como ponto de partida a “longa migração de grupos seminômades de pastores” que, saindo da Mesopotâmia, alcançaram a Palestina, ao sul da Fenícia.

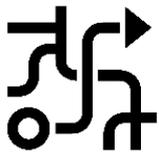
Campos e Claro mencionam a “tradição hebraica” como a fonte da qual extraíram as informações que compõem o subtópico contido no capítulo “Os povos semitas”. Nesse caso, alunos e professores precisam imaginar em que lugar se encontram tais tradições hebraicas, mas tudo indica que as tais “tradições” são os relatos bíblicos.

Cumpra-se que se ressalte, todavia, o uso do termo “deus” com letra inicial minúscula. Mesmo que passe despercebido, constitui um elemento muito importante à medida que se alinha à noção historiográfica corrente de que “lavé”, para os hebreus, era tão somente o deus daquela coletividade humana. Sua transformação em Deus do universo é parte de outro processo no contexto da formação identitária dos judeus.

Os autores frisam que a história hebraica se fundamenta em quatro elementos articulados em torno de uma “aliança entre Abraão com o deus lavé”, ou seja, “um povo escolhido por um deus, uma terra prometida, uma lei que garante a promessa e um templo considerado a morada de lavé na Terra” (CAMPOS; CLARO, 2013, p. 61).

Um leitor atento é capaz de identificar que os autores seguem, ainda que sem explicitar, a narrativa do assim chamado Antigo Testamento, utilizando-se, inclusive, de expressões encontradas no Livro Sagrado de judeus e cristãos. Assim, “terra rica de onde brotaria leite e mel” (CAMPOS; CLARO, 2013, p. 61), frase que aparece no capítulo em análise, evidencia o quanto os autores dependem da Bíblia para redigir seu trabalho.

Ao tratarem da migração dos hebreus para o Egito, a dupla de autores oferece como motivação para o deslocamento populacional “secas prolongadas e lutas por áreas férteis



com outros povos da região” (CAMPOS; CLARO, 2013, p. 61). Afirmam, porém, ser possível que “muitos grupos de hebreus permaneceram em Canaã” (CAMPOS; CLARO, 2013, p. 61).

Em um box – o único criado na parte sobre os hebreus – a dupla de autores se propõe esclarecer o que significa o termo “Bíblia”. Assim, trata-se de (CAMPOS, CLARO; 2013, p. 61, grifos originais):

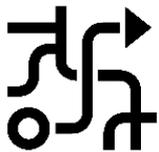
Um conjunto de textos da religião judaica reunidos a partir dos séculos VI e V a.C. e completados pelas gerações seguintes até o século II a.C. Os cinco principais livros (Genesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio) formam a *Torah* (ou *Pentateuco*). Há também os textos dos profetas (*Neviim*) e os escritos vários (*Ketuvim*).

Em suma, o livro didático de Campos e Claro adota uma postura um pouco menos conservadora do que os livros discutidos previamente e avança, cautelosamente, na visão da história do povo hebreu.

V. Em “Ser protagonista: História”, livro didático de concepção, desenvolvimento e produção coletiva, sob a responsabilidade de Valéria Vaz, a história do povo hebreu cabe em sete tópicos: (1) a influência dos povos da Mesopotâmia; (2) o Êxodo; (3) os juízes e os reis; (4) a diáspora e o monoteísmo hebraico; (5) as invasões a Canaã; (6) a diáspora e (7) vivência do monoteísmo.

Logo no seu início, abaixo do subtítulo “A influência dos povos da Mesopotâmia”, o livro faz menção ao caráter seminômade dos hebreus à medida que “tabletes de argila em escrita cuneiforme encontrados na cidade mesopotâmica de Mari” fornecem evidências desse caráter específico de povo andarilho (VAZ, 2013, p. 77). É, dentre os livros didáticos analisados, o único que fornece uma informação advinda da arqueologia. Em seguida, os alunos leitores da obra deparam-se com a seguinte informação (VAZ, 2013, p. 77):

As pesquisas históricas ajudaram a entender que muitas narrativas do Antigo Testamento já eram conhecidas pelos povos mesopotâmicos. Um exemplo é o episódio do dilúvio e da arca de Noé, descrito no livro do Gênesis. Esse episódio se



assemelha a um mito sumério que conta como Utnapishtim sobreviveu ao dilúvio construindo um enorme barco, no qual abrigou várias espécies de seres vivos. Após o dilúvio, essas espécies teriam repovoado o planeta.

O que o livro intenciona dizer com o episódio bíblico que “se assemelha a um mito sumério”? Cumpre sublinhar que o dilúvio foi um “episódio” quando referido ao Antigo Testamento, mas um “mito” quando relacionado aos sumérios. Com efeito, a hierarquização sutilmente sugerida pela obra pode ser absorvida com naturalidade por quem ler desatentamente esse parágrafo.

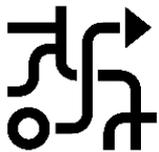
Ademais, o que significa apontar que as narrativas do Antigo Testamento “já eram conhecidas pelos povos mesopotâmicos”? Terão, professores e estudantes, perspicácia para aprofundar essa indagação e discutir suas implicações históricas e religiosas?¹

Ainda nesse tópico, a obra frisa que houve uma “luta pela posse” da terra, ou seja, pela conquista de Canaã. No entanto, nada é declarado sobre contra quais povos os hebreus entraram em confronto. Há, todavia, a declaração de que a luta “foi estimulada pela crença dos hebreus em que eram um ‘povo eleito’, a quem Deus destinara a terra de Canaã” (VAZ, 2013, p. 77).

Nas duas últimas páginas do capítulo dedicado aos hebreus, podem-se colocar em destaque os seguintes “fatos”:

- A historicidade da narrativa do Êxodo: uma grande migração resultante da redução dos hebreus à condição de escravos no Egito.
- A historicidade do reinado de Salomão, filho de Davi, cujo “marco do esplendor (...) foi a edificação do Primeiro Templo de Jerusalém”.
- A historicidade do episódio conhecido como Cativo da Babilônia.
- A historicidade da revolta dos judeus contra a dominação romana e sua posterior expulsão da Palestina.

¹ David Wright demonstra que a composição e a natureza do Código da Aliança, ou seja, o Decálogo que foi revelado a Moisés, segundo as narrativas bíblicas, no Monte Sinai é “diretamente, primariamente e inteiramente dependente” das Leis de Hammurabi. O texto bíblico, ele sublinha, “imitou a estrutura” daquele texto mesopotâmico e apoiou-se em seu conteúdo para criar as leis centrais do livro do Êxodo (WRIGHT, 2009, p. 3).

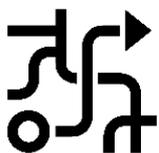


Em suma, a obra põe em pé de igualdade três narrativas bíblicas e uma não-bíblica, considerando-as todas dignas de fazer parte daquilo que alunos e professores precisam saber acerca da história dos hebreus. A consequência prática dessa equiparação não problematizada é levar os alunos a encararem com reservas e desconfiança tudo o que documentos e descobertas arqueológicas possam trazer que esteja em desacordo com as Escrituras Hebraicas e com o próprio livro didático.

Dentre os recursos didáticos da obra há diferentes boxes que versam sobre temas e questões que expandem os assuntos discutidos nos capítulos. De acordo com o Manual do Professor, que se encontra no final do livro, o box “Ponto de vista” apresenta “versões historiográficas divergentes ou alternativas em relação a algum aspecto tratado no capítulo” (VAZ, 2013, p. 298). Com isso, os autores acreditam ter condições de enfatizar que “a História não é constituída de saberes prontos ou verdades absolutas, mas, ao contrário, cresce e caminha a partir do questionamento e debate entre pensamentos diferentes” (VAZ, 2013, p. 298).

Assim, na parte sobre os hebreus, há três boxes: “Ponto de Vista”, “Conheça melhor” e “Hoje em dia”. Desses, convém tratar do “Ponto de Vista” que desdobra a questão “Antigo Testamento: fé e História”. São cinco parágrafos que visam dirimir as dúvidas dos alunos sobre se as Escrituras Hebraicas são um texto religioso ou uma fonte histórica (VAZ, 2013, p. 77).

A respeito do assim chamado Antigo Testamento, os autores da obra apontam que ele é composto da reunião das histórias contadas pelos hebreus aos mais jovens durante séculos. Além disso, foi preciso que surgisse a escrita hebraica para que essas histórias saíssem do campo da oralidade e entrassem no da escrita. Essas histórias, um conjunto maior em que se inserem a tradição, as leis e a experiência religiosa dos hebreus, são “fatos vividos” e nos quais se empregam “recursos simbólicos” para que se mantenha viva “a memória da comunidade religiosa” e sejam reforçados “os vínculos entre os fiéis”. Em outras palavras, por trás dos simbolismos, por exemplo, da narrativa do Dilúvio, encontram-se fatos históricos. Salvo o texto bíblico do ceticismo inerente ao ofício de qualquer historiador, os autores discorrem sobre a relação entre as pesquisas históricas e o assim chamado Antigo Testamento.



“Os historiadores”, ao contrário de “judeus e muitos cristãos”, não acreditam no sentido divino das narrativas bíblicas, mas têm por objetivo “ampliar o conhecimento que possuem sobre a história desses povos”. Assim, os historiadores adotam como método confrontar “os escritos religiosos com as fontes históricas egípcias, mesopotâmicas, gregas e romanas, e ainda com descobertas arqueológicas”. Assim, eles reiteram haver um tipo de diferenciação entre “escritos religiosos” e “fontes históricas”.

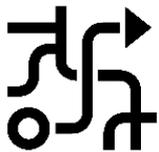
VI. O trio de autores, Marco Pellegrini, Adriana M. Dias e Keila Grinberg, abordam, em “Novo olhar história”, a história dos hebreus consoante a seguinte divisão: (a) os hebreus no Egito, (b) o Êxodo, (c) o período dos juízes, (d) o Reino de Israel, (e) o Estado hebraico dividido, (f) as dominações estrangeiras, (g) a dominação romana e (h) a resistência e a dispersão.

Ou seja, a trinca de pesquisadores emoldura o desenvolvimento dessa sociedade entre o período em que seus integrantes eram nômades até a segunda revolta contra os romanos. Assim, os hebreus “por volta de 1800 a.C. (...) ocuparam a Palestina” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2013, p. 60). Enfatize-se aqui a ação de “ocupar” um território que, aparentemente, encontrava-se desocupado até a chegada desses nômades de origem semita.

Outra peculiaridade desse povo, segundo os autores, era o culto a “uma única divindade, a qual chamavam de Javé” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2013, p. 60). Numa única afirmação apaga-se o passado politeísta dos hebreus e professoras, professores e estudantes são levados a imaginar que a crença monoteísta sempre esteve presente no seio dessa sociedade semita.

Na sequência do capítulo, narra-se a trajetória dos hebreus “de acordo com a Bíblia”. Depreende-se, portanto, que as Escrituras Hebraicas são, para o trio de escritores, a fonte histórica mediante a qual devem-se voltar todos os que pretendem conhecer a trajetória daquela sociedade.

Cumprido, no entanto, realizar uma rápida verificação na maneira como os autores posicionam-se em relação às chamadas fontes. Assim, eles afirmam (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2013, “Orientações para o professor”, p. 24):



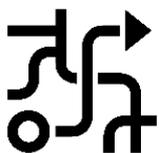
Acreditamos ser fundamental que o professor oriente os alunos sobre a necessidade de, ao se analisar fontes históricas, levar em consideração os contextos, funções, estilos, argumentos, pontos de vista e intenções dos seus autores. Isso porque as fontes históricas, por serem efeitos de ações humanas do passado, não carregam em si o passado tal como ele aconteceu. Elas trazem, no entanto, a versão do autor sobre esse acontecimento.

Em suma, os autores admitem, como bons historiadores, que as fontes históricas não são neutras. No entanto, a Bíblia, ao que parece, escapa dessa verificação. Talvez o desconhecimento acerca do atual estágio das pesquisas arqueológicas, talvez uma questão de pertença religiosa, talvez o receio de polemizar sejam as explicações possíveis para essa atitude perante o Livro Sagrado das duas principais religiões monoteístas do planeta.

Assim, o capítulo repete, como se factuais fossem, as narrativas da migração dos hebreus para o Egito e sua posterior submissão aos trabalhos forçados pelos egípcios. A lenda do êxodo é contada conforme os autores bíblicos descrevem: liderados por Moisés os hebreus vagaram quarenta anos no deserto e, nesse ínterim, Moisés “recebeu de Javé os Dez Mandamentos” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2013, p. 60).

Todo o restante do capítulo nada mais faz do que usar a Bíblia como fonte histórica para os eventos políticos e militares que caracterizam a trajetória dos hebreus. Contudo, os dois últimos tópicos do capítulo, que tratam da dominação romana, utilizam outras fontes que não a Bíblia e a trinca de professores omite a origem dessas informações finais.

Curiosamente e com pequeno destaque o trio de autores insere uma breve nota sobre “Jesus”. Cumpre destacar: (a) afirma-se que Jesus foi um judeu; (b) a pregação de Jesus defendia a “igualdade entre as pessoas e o amor ao próximo”; (c) tal pregação “representava uma ameaça à autoridade dos sacerdotes judeus e, também, para a elite romana, que na época governava a Palestina”; (d) a igualdade defendida por Jesus desagradava os “sacerdotes judeus”; (e) ele opunha-se à “pesada tributação praticada pelos romanos” e esses, por sua vez, “temiam que sua pregação” estimulasse “revoltas populares” e (f) “muitos estudiosos” acreditam que a condenação de Jesus resultou da aliança entre “sacerdotes judeus” e a “elite romana” cujo propósito central era, com a morte de Jesus, “afastar o perigo que ele representava para seus interesses” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2013, p. 63).



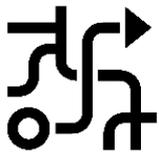
Convém tecer comentários acerca das escolhas feitas pela trinca de autores no que se refere às ilustrações e boxes do tópico sobre os hebreus. Na página 60, logo abaixo da informação de que “Moisés subiu o monte Sinai e lá recebeu de Javé os Dez Mandamentos”, os escritores lançaram mão de uma “fotografia tirada em 2008 retratando o monte Sinai, no Egito”. Estariam os autores pretendendo que professores e alunos deduzissem que, existindo o monte Sinai, já que a fotografia não permite que se duvide disso, a narrativa bíblica da revelação do Decálogo é um “fato histórico”?

Na página seguinte, os autores escolhem inserir uma gravura “feita no século XX” que representaria o “grandioso” Templo de Salomão construído “com matérias-primas importadas de diferentes regiões, como o marfim da África e o cedro-do-líbano da Fenícia”. Assim o fazendo, a trinca de escritores ratifica a narrativa bíblica e induz professores e alunos a convencer-se de que o Templo de Salomão realmente foi erigido e impôs-se como uma grande obra do povo hebreu.

Na edição para o professor, como já mencionado anteriormente, encontra-se uma seção intitulada “Orientações para o professor” que busca suprir o docente com sugestões de atividades complementares e, entre outros tópicos, esclarecer sobre a estrutura da coleção didática. Nesse sentido, uma das seções criadas pelos autores chama-se “o sujeito na história”, que se propõe (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2013, “Orientações para o professor”, p. 5):

Mostrar aos alunos que, além dos agentes coletivos, existem pessoas que, por meio de suas ações individuais, participaram ativamente do processo histórico. Entre as pessoas selecionadas para essa seção, estão aquelas que são mais conhecidas, como Tom Jobim e Santos Dumont, porém a maioria são pessoas que geralmente não aparecem nas narrativas históricas. Com isso, pretende-se reforçar que a ação de todos os sujeitos históricos, incluindo os próprios alunos, pode mudar os rumos da história.

Assim, no tópico sobre os Hebreus, a trinca de autores escolheu, para ilustrar a seção “O sujeito na História”, o judeu Bar-Kokhba que, “em 132, liderou a segunda revolta contra o domínio romano”. Dentro, portanto, da proposta de “reforçar que a ação de todos os sujeitos históricos, (...), podem mudar os rumos da história”, Bar-Kokhba é alçado à condição de protagonista à medida que “suas habilidades como líder militar” possibilitaram



aos judeus “resistir ao assédio do exército romano por aproximadamente três anos” (PELLEGRINI; DIAS; GRINBERG, 2013, p. 63).

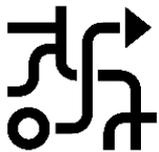
VII. Na apresentação de “História: cultura e sociedade”, coleção didática para o Ensino Médio dividida em três volumes e cujo primeiro volume tem como título “Memória das origens”, os autores Jean Moreno e Sandro Vieira indicam suas premissas centrais: abordar as primeiras culturas da história. Ademais, essas diferentes culturas possuíam, conforme a dupla de pesquisadores, um vínculo com a natureza muito forte e o espaço do sagrado, o mito, ocupava um papel preponderante. Mais que isso, “conhecer essa história [das antigas civilizações da Antiguidade] não quer dizer tomar conhecimento de culturas mortas, ultrapassadas, que apenas nos contam como nossos antepassados viveram. Ao contrário, elas nos informam sobre o que somos hoje e sobre nossas origens”.

No capítulo “O Oriente Próximo: diversos atores sobre o mesmo palco”, os autores tratam dos hebreus. Não há, como nos outros livros didáticos consultados, subdivisão em tópicos. Os autores escolheram apresentar a trajetória dos hebreus em um texto direto sem intertítulos. Assim, sem precisar o século ou o milênio em que se originaram os hebreus, Moreno e Vieira informam que esse “grupo de origem semita era formado por pastores seminômades do deserto” (MORENO; VIEIRA, 2010, p. 52).

Em seguida, professores e estudantes aprendem que “além das fontes arqueológicas, os textos bíblicos, no caso, o Antigo Testamento, são as principais fontes de informação sobre a história dos hebreus” (MORENO; VIEIRA, 2010, p. 52). Cumpre salientar, todavia, que o capítulo sobre os hebreus em nenhum momento fornece qualquer dado advindo das descobertas arqueológicas e a quase totalidade do texto que se lê é proveniente da Bíblia.

Assim, os hebreus “partiram para o Egito”, “foram submetidos a pesados impostos e ao trabalho compulsório nas obras faraônicas”. Libertos da submissão aos egípcios, os hebreus rumam em direção a Canaã e, nessa jornada, “Moisés teria recebido os Dez Mandamentos contidos nas Tábuas da Lei, reafirmando a aliança entre Javé e o povo de Israel” (MORENO; VIEIRA, 2010, p. 53).

Os autores mencionam a anexação da Judeia pelos romanos em 64 a.C. (MORENO; VIEIRA, 2010, p. 54). Tal fato histórico não se encontra nos textos bíblicos e nem na

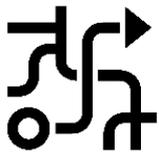


arqueologia. No entanto, isso não parece preocupar a dupla de pesquisadores que escolhe deixar de indicar a fonte a partir da qual eles obtiveram essa informação. O mesmo se pode afirmar quanto às divergências internas ocorridas no povo hebreu acirradas, conforme os autores, logo após a redução do poder do Sinédrio, “conselho dos sacerdotes judeus”, pelo rei de Judá, Herodes, que era “leal a Roma” (MORENO; VIEIRA, 2010, p. 54). Aos olhos de Moreno e Vieira, porém, o “povo” era composto pelos fariseus, saduceus e essênios. Com efeito, a massa camponesa, que compunha a maioria daquela sociedade, nunca é referida pelos autores.

Discretamente, o livro faz uma breve referência a Jesus. Ele “viveu e fez suas pregações” durante esse período conturbado de ocupação romana e “as tensões e divisões internas e externas, porém, não cessaram após a sua crucificação” (MORENO; VIEIRA, 2010, p. 54). Da maneira como Moreno e Vieira fazem essa declaração mostra-se difícil captar o nexos que eles constroem entre a crucificação de Jesus e a continuidade das tensões e divisões internas e externas na Judeia. Estariam eles querendo dizer que a crucificação de Jesus deveria ter dado um fim aos conflitos existentes na sociedade judaica? Estariam eles pretendendo dizer que a descrença de judeus e romanos era de tal proporção que nem a crucificação do “Filho de Deus” foi capaz de pacificar a todos? Muitas questões podem ser elaboradas. Cumpre sublinhar, portanto, a inadequação de uma afirmação como essa em um livro didático de História para o Ensino Médio.

Em seguida, Moreno e Vieira escolhem tratar separadamente o monoteísmo hebreu. Assim, a crença na existência de um único deus foi formulada pelos “profetas e líderes hebreus”. Mais que isso, eles se viram obrigados a demandar “uma grande quantidade de esforços para que o povo não construísse ídolos e não adotasse outras divindades, mesmo em contato com variadas culturas” (MORENO; VIEIRA, 2010, p. 54). Observa-se, assim, que os autores consideram que o monoteísmo era inerente ao povo hebreu e que o politeísmo era externo a eles e exercia uma espécie de tentação. Professores e estudantes atentos devem ficar curiosos com o caráter dos esforços empreendidos pelos líderes e profetas hebreus para salvaguardar seu povo dessa mistura perniciosa com culturas alienígenas.

A dupla de autores assinala que a “teologia transcendente”, desenvolvida pelos hebreus, foi responsável por “uma grande ruptura na história da religião” (MORENO;

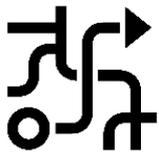


VIEIRA, 2010, p. 54). Ademais, “a concepção de um Deus bom, poderoso e misericordioso, que fazia exigências éticas sem distinções de classe, sobreviveu não só no judaísmo, mas também no cristianismo e no islamismo” (MORENO; VIEIRA, 2010, p. 54).

VIII. Um ponto que foi recorrente em todos os livros didáticos analisados foi o da confiabilidade histórica da Bíblia. É o que se pode inferir à medida em que inexistem declarações explícitas em contrário. Mais que isso, o fato de todos os livros recorrerem ao livro sagrado dos judeus é a evidência incontestável de uma das duas possibilidades: (a) os historiadores que produziram tais materiais didáticos, por receio de ferir suscetibilidades religiosas, omitem as pesquisas atuais ou (b) ignoram por completo o que está sendo discutido no interior dessa área de pesquisa e, por conseguinte, contribuem na perpetuação de uma história inventada.

J. Maxwell Miller discorre sobre esse assunto indagando se há como escrever a história dos hebreus descartando as informações contidas na Bíblia. Com efeito, ele considera que utilizar apenas os artefatos materiais e as evidências não-verbais é insuficiente para esse empreendimento histórico. Assim, como ele sublinha, a cultura material desenterrada no território para além das fronteiras geográficas em que o povo hebreu viveu oferece “referências ocasionais a Israel” e, por conseguinte, estes materiais, sem o concurso dos textos da Bíblia, “não nos dizem muita coisa” (MILLER, 1991, p. 94). Por conseguinte, ele sustenta que “nem a evidência arqueológica, nem as fontes extrabíblicas, nem uma combinação dessas duas, mas [é] a Bíblia Hebraica que, primariamente, estabelece os parâmetros da discussão atual a respeito das origens e da história do Israel primitivo” (MILLER, 1991, p. 95).

Convém frisar que a produção literária-teológica de Miller tem uma agenda específica: provar que, sem a Bíblia, é impossível escrever a trajetória histórica do povo hebreu. Em virtude desse seu objetivo, ele procura fragilidades nos trabalhos de historiadores e arqueólogos, como Israel Finkelstein, indicando que todos, sem exceção, por mais que se esforcem em negar confiabilidade histórica às narrativas contidas na Bíblia, acabam, sempre, tomando-as como referência central em suas análises. Assim, ao objetar um dos trabalhos de Finkelstein, ele reafirma seu ponto de vista, ou seja, qualquer historiador, arqueólogo ou pesquisador das origens do Antigo Israel, quando articula



evidências materiais com textuais, a fim de levantar o cenário histórico, vê-se na contingência de conferir precedência e proeminência ao material escrito (MILLER, 1991, p. 99). Desnecessário dizer que esse material escrito a que ele se refere é a Bíblia².

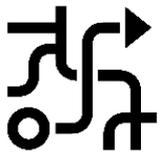
Ele insiste nos seus argumentos e reconhece, até certa medida, que a Bíblia não é uma fonte histórica confiável. Entretanto, isso não pode ser, ele afirma, um motivo para descartá-la como “totalmente irrelevante” e a questão mais apropriada a se fazer, portanto, não é “se deveríamos usar a Bíblia Hebraica na pesquisa histórica, mas *como* deveríamos usá-la” (MILLER, 1991, p. 100, grifos originais). Ademais, ele ressalta que seus colegas historiadores e arqueólogos ignoram “os problemas e as limitações dos outros tipos de evidências e das metodologias alternativas que eles esposam” (MILLER, 1991, p. 100). Em suas considerações finais, Miller enfatiza seu ponto de vista segundo o qual não há como escrever a história do Antigo Israel sem confiar na historicidade da Bíblia. O raciocínio de Miller, portanto, parece estar subjacente nas coleções de livros didáticos de História que foram consultados para este trabalho.

Na contramão de Miller, Mark Smith assevera que, “apesar de não ser considerada historicamente inútil, a Bíblia não ocupa mais o lugar privilegiado de ditar as normas para a reconstrução do passado de Israel” (SMITH, 2006, p. 35). E como salienta Mario Liverani (2014, p. 13-14):

No decurso dos últimos séculos a crítica bíblica desmantelou primeiro a historicidade da criação e do dilúvio, depois a dos Patriarcas, depois (sempre seguindo a ordem cronológica) as do Êxodo e da conquista, de Moisés e de Josué, do período dos juízes e da “Liga das 12 tribos” – parando, porém, no reino unido de Davi e Salomão, considerado substancialmente histórico.

É bastante possível que as autoras e os autores dos livros didáticos de História para o Ensino Fundamental que foram consultados para este trabalho não tiveram acesso à

² Miller pede a compreensão de seus eventuais leitores assegurando que ele não é movido pelo interesse de minimizar a importância da arqueologia para a pesquisa histórica. Muito menos contestar as ilações obtidas de conclusões específicas desses seus colegas. Muito pelo contrário, ele pondera, seu propósito é chamar a atenção para o fato de todos eles usarem indiretamente “(e, assim, acriticamente e confusamente) a Bíblia Hebraica” e sinalizar seu desconforto para com as observações condescendentes que seus “colegas” emitem quando se referem a historiadores “que tentam trabalhar com o material bíblico de modo direto e crítico” (MILLER, 1991, p. 99).



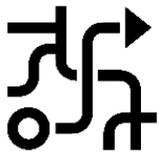
historiografia especializada. Pelo menos não constam nas bibliografias desses manuais escolares quaisquer livros e artigos acadêmicos que versam sobre esses tópicos. Não há espaço aqui para uma discussão em torno da indústria de livros didáticos e das limitações impostas aos seus autores e organizadores. Importa, porém, sublinhar como isso impacta no processo de ensino de História Antiga, no geral, e História do Povo Hebreu, em particular, no âmbito do Ensino Básico.

Não está se cobrando um nível de aprofundamento nessa etapa da formação escolar e para as faixas etárias correspondentes. E é de se imaginar o quão complexo seria apresentar em sala de aula um conteúdo que colida frontalmente com o que crianças e jovens aprendem em seus lares e/ou em seus templos religiosos. A sala de aula viraria um pandemônio caso um professor ou uma professora assinalasse que a Bíblia não é historicamente confiável e que suas narrativas pertencem ao campo da Mitologia.

IX. A maioria dos livros didáticos consultados operou de acordo com a noção de que a crença em uma única divindade, o monoteísmo dos hebreus, emergiu naturalmente e era uma marca distintiva daquele povo. Com efeito, pode-se afirmar, com base nas obras analisadas, que os hebreus eram uma ilha monoteísta cercada de povos politeístas por todos os lados. Trata-se, por conseguinte, de mais uma forte evidência de que os avanços historiográficos no campo da pesquisa sobre o Antigo Israel não chegaram aos livros didáticos e, conseqüentemente, às salas de aula.

Pois, como já é um amplo consenso acadêmico, “o emergir do monoteísmo é a saída de um longo processo” (LIVERANI, 2014, p. 255). Implica dizer, a crença em uma divindade única a reger sozinha o Universo e os seres nele existentes possui historicidade e é estranho, mas compreensível, que todos os autores dos livros didáticos analisados não tenham se atentado para uma questão tão básica.

Liverani salienta que o emergir da religião monoteísta “é considerado um elemento essencial da ‘revolução’ do período axial” (LIVERANI, 2014, p. 255). À medida que este artigo se propõe auxiliar professoras e professores de História que laboram no Ensino Básico, convém desenvolver a noção “período axial” e como esse período guarda relação com o surgimento da visão monoteísta no âmbito das religiões antigas.



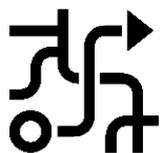
A noção de Era Axial foi “explicitamente proposta ou implicitamente sugerida por alguns dos mais proeminentes cientistas sociais e pensadores do século XX” (WITTROCK, 2005, p. 51). Para Björn Wittrock, foi uma profunda mudança ontológica que marcou “um novo capítulo na história da humanidade caracterizado por um novo senso do potencial humano para mudar o mundo, agir e ir além dos limites do imediatamente dado e tomado como certo” (WITTROCK, 2005, p. 51). Na perspectiva de Charles Taylor, foi um período extraordinário, no último milênio A.E.C., em que várias formas de religião “superior” emergiram de forma aparentemente independente em diferentes civilizações e marcadas pelas figuras que as fundaram como “Confúcio, Gautama, Sócrates e os profetas hebreus” (TAYLOR, 2012, p. 34; WITTROCK, 2005, p. 63). Assim, o aspecto surpreendente das religiões surgidas na Era Axial é que elas marcam uma ruptura com o que existia antes no campo religioso no que tange à “ordem social, [ao] cosmos e [ao] bem humano” (TAYLOR, 2012, p. 34).

X. Como um balanço final, cabe asseverar que os livros didáticos de História consultados para este trabalho sustentam uma história inventada acerca da sociedade que legou a Bíblia ao mundo. Faltou ousadia em seus autores e organizadores para ir além do que é familiar e tradicional no conhecimento acerca do povo hebreu. Por não problematizarem as Escrituras Sagradas enquanto fontes históricas – de balde o que é dito nos apêndices de seus livros nas instruções para os professores – todos se assemelham aos estudiosos que, possivelmente trabalhando sob a influência de suas próprias tradições religiosas, afirmam a exatidão dos eventos que aparecem nas obras bíblicas.

REFERÊNCIAS

I. Livros didáticos

- ALVES, A.; OLIVEIRA, L. F. *Conexões com a história*. São Paulo: Moderna, 2013.
- AZEVEDO, G.; SERIACOPI, R. *História em movimento*. Vol. 1. São Paulo: Ática, 2013.
- BRAICK, P. R.; MOTA, M. B. *Das cavernas ao terceiro milênio*. São Paulo: Moderna, 2013.
- CAMPOS, F.; CLARO, R. *Oficina de história: volume 1*. São Paulo: Leya, 2013.
- MORENO, J. C.; GOMES, S. V. *Memória das origens*. Curitiba: Positivo, 2010. (História: cultura e sociedade; v.1)



NAPOLITANO, M.; VILLAÇA, M. *História para o ensino médio: volume 1*. São Paulo: Saraiva, 2013.

PELLEGRINI, M.; DIAS, A. M.; GRINBERG, K. *Novo olhar História: 1*. São Paulo: FTC, 2013.

VAZ, V. (coord.). *Ser Protagonista*. São Paulo: Editora SM.

II. Trabalhos específicos

FINKELSTEIN, I.; SILBERMAN, N. A. *The Bible unearthed. Archaeology's new vision of Ancient Israel and the origin of its sacred texts*. New York: Touchstone, 2002.

HENDEL, R. *Remembering Abraham: culture, memory, and history in the Hebrew Bible*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

KNOHL, I. "Axial transformations within Ancient Israelite priesthood". In: ARNASON, J. P., EISENSTADT, S. N., WITTROCK, B. (ed.). *Axial civilizations and world history*. Leiden: Brill, 2005.

LEITE, E. *Pentateuco: uma introdução*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

LIVERANI, M. *Para além da Bíblia: História antiga de Israel*. São Paulo: Paulus; Loyola, 2008.

MILLER, J. M. "Is it possible to write a history of Israel without relying on the Hebrew Bible?". In: EDELMAN, D. V. (Ed.) (1991). *The fabric of History: text, artifact and Israel's past*. England: Sheffield Academic Press.

SMITH, M. S. *O memorial de Deus: História, memória e a experiência do divino no Antigo Israel*. São Paulo: Paulus, 2006.

TAYLOR, C. "What was the axial revolution?". In: BELLAH, R. N.; JOAS, H. (Ed.). *The Axial Age and its consequences*. Cambridge: The Belknap Press, 2012, pp. 30-46.

WITTROCK, B. "The meaning of the Axial Age". In: ARNASON, J. P., EISENSTADT, S. N., WITTROCK, B. (ed.). *Axial civilizations and world history*. Leiden: Brill, 2005, pp. 51-?.

WRIGHT, D. P. (2009). *Inventing God's Law: How the Covenant Code of the Bible used and revised the laws of Hammurabi*. Oxford: Oxford University Press.

Recebido em 12/05/2023

Aprovado em 12/07/2023